

A representação do negro em uma coleção de livros didáticos de Geografia

La representación del negro en una colección de libros didáticos de Geografía

The representation of black in a collection of geographical education books

Jéssica Justino Brandão

jessicajustino65@gmail.com

Universidade Estadual de Londrina, UEL, Londrina, PR

Ricardo Lopes Fonseca

ricklopesfonseca@gmail.com

Universidade Estadual de Londrina, UEL, Londrina, PR

Resumo: este artigo analisa as relações étnico-raciais nas imagens de uma coleção de livros didáticos de Geografia do Programa Nacional do Livro Didático de 2018, destinada ao Ensino Médio. Para análise da coleção foram contabilizados e categorizados os personagens presentes em fotos e figuras da coleção. Para a contabilização dos personagens foi utilizada a classificação de cor/raça utilizada pelo IBGE. Uma segunda análise foi realizada a partir de fotos que continham um grupo de personagens, ou seja, mais do que dois personagens. Por fim, foi apresentada uma análise qualitativa da forma como os personagens estavam sendo representados. Observou-se que mesmo com uma legislação federal quanto à não discriminação de africanos e afro-brasileiros, a representação dos mesmos ainda merece mais atenção por parte de quem elabora e de quem analisa os livros a serem distribuídos por meio das políticas públicas.

Palavras-chave: Discriminação, racismo, ensino de Geografia.

Resumen: Este artículo analiza las relaciones étnico-raciales en las imágenes de una colección de libros didáticos, de Geografía del Programa Nacional del Libro Didático de 2018, destinada a la Enseñanza Media. Para el análisis de la colección fueron contabilizados y categorizados los personajes presentes en fotos y figuras de la colección. Para la contabilización de los personajes fue utilizada la clasificación de color / raza utilizada por el IBGE. Un segundo análisis se realizó a partir de las fotos que contenían un grupo de personajes, es decir, más de dos personajes. Por fin, fue presentado un análisis cualitativo de la forma en que los personajes estaban siendo representados. Mientras una legislación federal que interdice la discriminación de africanos y afrobrasileños, la representación de los mismos aún merece más atención por parte de quien elabora y de quien analiza los libros a ser distribuidos por medio de las políticas públicas.

Palabras clave: Discriminación, racismo, enseñanza de Geografía.

Abstract: This paper aims to analyze the ethnic-racial relations in the images of a collection of didactic books of Geography by the National Program of Didactic Book 2018, destined to the Brazilian High School. We counted and categorized the characters present in photos and figures of the collection. The classification of color/race used by the IBGE was used to account for the characters. A second analysis was made from only the photos that contained a group of characters, that is, more than two characters. Finally, a qualitative analysis of the way the characters were being represented was presented. It was observed that even the interdicts of federal legislation regarding the non-discrimination of Africans and Afro-Brazilians, the representation of them still deserves more attention on the part of those who elaborate and who analyzes the books to be distributed through public policies.

Keywords: Discrimination, racism, Geography teaching.

INTRODUÇÃO

O preconceito e a discriminação encontrados hoje no Brasil são frutos dos vários séculos de exclusão e exploração dos povos nativos, dos negros escravizados e de seus descendentes.

O impacto da abolição da escravatura no Brasil gerou consequências, entre outras, políticas destinadas não apenas a modernizar a sociedade brasileira, mas também a branqueá-la, introduzidas já no final do século XIX. Segundo Medeiros (2013, p.249):

Na visão racista que permeava o pensamento científico da época, especialmente nas ciências sociais e humanas, mas também na medicina e biologia, uma população como a brasileira (composta, segundo dados censitários de meados do século XIX, por cerca de 500 mil brancos, contra 1,5 milhão de negros, indígenas e mestiços) estaria necessariamente fadada ao fracasso.

Para transformar este país em uma sociedade viável, após a abolição e a necessidade de modificações econômicas devido a Revolução Industrial, era preciso que se injetasse um volume significativo de 'sangue' branco, principalmente de norte-europeus. Diversos intelectuais e até mesmo cientistas compartilhavam destes pensamentos eugênicos, entre eles Monteiro Lobato, Euclides da Cunha e Renato Kehl. A política de imigração foi extremamente bem-sucedida e trouxe, em cerca de cem anos, mais de quatro milhões de imigrantes brancos (MEDEIROS, 2013).

Ao mesmo tempo, e posteriormente a estas políticas de branqueamento, o paradigma de uma democracia racial foi sendo construído paralelamente. A democracia racial foi amplamente difundida pela obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* (1933), em que o autor defende que a mistura racial que compunha a população brasileira não teria gerado relações conflituosas e sim o contrário, um país cordial e de democracia racial. Esta tese teria sido derrubada por Florestan Fernandes e Roger Bastide ainda na década de 1960, por meio de sua obra *A integração do negro da sociedade de classes* (1964), fruto de um desafio proposto pela UNESCO que visava compreender como se desenvolvia a "democracia racial brasileira" tão proclamada internacionalmente (TAUIL, 2014). Nesta

Pesquisa descobriu-se que a democracia racial era apenas um mito e que a discriminação e o preconceito racial estavam presentes e atuavam fortemente para a exclusão do negro na sociedade brasileira.

Na década de 1980, com a democratização e o fortalecimento dos movimentos sociais, as discussões acerca desta temática ganham força e forma. O movimento negro unificado surge em 1979 para denunciar o racismo e exigir o acesso à educação formal da população negra. O mesmo movimento focaliza sua atenção para o ensino superior na década de 1990, quando percebem a importância de que o negro esteja presente não apenas na educação básica, mas também na superior e em todas as áreas econômicas (PAIVA, 2013).

Este estudo busca emitir uma efetiva apreciação das ligações étnico-raciais contidas numa coleção de livros didáticos difundidos pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2018, de Geografia, direcionada ao Ensino Médio.

Em princípio, emitiu-se uma breve consideração com referência ao racismo e a discriminação racial presente em nosso país e sua evolução ao longo da história. Após o que foram relacionados e classificados os autores reproduzidos por meio de figuras e fotos da coleção. A seguir, a partir das fotos que compunham um grupo de personagens, isto é, com a presença de mais de dois destes, foi efetivada uma análise qualitativa da forma como os personagens estavam sendo representados.

DESIGUALDADE ENTRE BRANCOS E NEGROS NA ESCOLA

Passados mais de 50 anos da obra de Florestan Fernandes e de Roger Bastide, ainda se encontra um cenário de desigualdade e de casos de preconceito racial no Brasil, mesmo que o preconceito de raça e cor tenha se tornado crime por meio da lei 9.459 de 1997.

Na década seguinte, na *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada em Durban em 2001, foi o momento em que o Brasil reconheceu que a desigualdade racial e educacional merecem atenção, e que o racismo no Brasil é histórico. Assim, após essa Conferência, o Brasil se propôs a realizar uma declaração e um programa de ação para o reconhecimento e combate do racismo.

É importante destacar que quando forem utilizados o conceito de raça e as categorias de brancos, pretos, pardos e negros nesta pesquisa nossa referência não é a biológica, mas a sociocultural e histórica. Esses conceitos são:

(...) construções históricas e sociais cuja elaboração teve início com os chamados descobrimentos, desenvolveu-se com a ciência moderna e suas preocupações taxonômicas (...). Não se trata, pois de um produto da biologia e da genética, embora estas ciências tenham contribuído para legitimá-lo. (MEDEIROS, 2013, p.243)

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015), 45,06 dos brasileiros se autodeclararam como pardos e 8,86% como pretos, ou seja, 53,92% da população se autodeclara como negros (população composta por pretos e pardos).

No entanto, segundo dados do IPEA sobre a distribuição das pessoas por cor e por raça que frequentaram a escola entre 1995 e 2015, é possível observar que nas últimas décadas houve um aumento da cobertura escolar de crianças e jovens negros (Quadro 1).

Quadro 1 – Cobertura escolar de crianças e jovens, segundo faixa etária, sexo e cor/raça de 1995 a 2015.

Cobertura escolar de crianças e jovens, segundo faixa etária, cor/raça-Brasil, 1995 a 2015 (em %)				
Faixa etária	Cor/Raça	1995	2005	2015
7 a 14 anos	Total	90,2	97,3	98,8
	Branca	93,4	98,0	99,1
	Negra	87,1	96,8	98,5
15 a 17 anos	Total	66,5	81,6	85,0
	Branca	71,0	85,1	86,9
	Negra	62,1	78,6	83,8
18 a 24 anos	Total	27,0	31,5	30,6
	Branca	29,4	33,9	35,6
	Negra	24,3	29,2	27,0

Fonte: IPEA (2015).
Org.: os autores.

A maior diferença entre brancos e negros é encontrada na faixa etária entre 18 e 24 anos, que em 2015 demonstram uma diferença de 8,6% de cobertura escolar superior para jovens brancos. É possível relacionar tais dados com a média de anos de estudos das pessoas de 15 anos ou mais de idade segundo a raça (Quadro 2), onde brancos possuíam em média 1,6 anos a mais de estudo em 2015.

Quadro 2 – Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo cor/raça- Brasil, 1995 a 2015.

Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo cor/raça- Brasil, 1995 a 2015			
Cor/Raça	1995	2005	2015
Total	5,5	6,9	8,2
Branca	6,4	7,8	9,0
Negra	4,3	6,0	7,4

Fonte: IPEA (2015).
Org.: os autores.

Quando se analisa a taxa de pessoas de 25 anos com 12 ou mais anos de estudos a diferença entre brancos e negros é ainda maior (Quadro 3), numa desigualdade preocupante, pois pessoas com mais anos de estudos provavelmente são as que realizaram curso superior.

Quadro 3 – Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com 12 anos ou mais de estudo, por cor/raça- Brasil, 1995 a 2015.

Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com 12 anos ou mais de estudo, por cor/raça- Brasil, 1995 a 2015 (em %)			
Cor/Raça	1995	2005	2015
Total	8,7	11,6	18,6
Branca	12,5	17,0	25,9
Negra	3,3	5,5	12,0

Fonte: IPEA (2015).
Org.: os autores.

Podemos notar também que a evolução da proporção de pessoas brancas e negras que estudaram 12 anos ou mais é desigual. Em 1995, a diferença proporcional entre brancos e negros foi de 9,2%; em 2005 de 11,5% e de 13,9% uma década depois. Ou seja, enquanto o percentual da população adulta branca com mais anos de estudo duplicou em 20 anos, a participação da população negra aumentou em apenas 8,7%. Embora se trate de um aumento significativo, ressalta-se que foram necessários 20 anos para que a população negra conseguisse atingir proporção parecida a dos brancos em 1995, que era de 12,5%.

A diferença ainda é grande e expressa a realidade do ensino superior que apresenta uma expressão muito mais significativa da população branca em comparação com a negra. Esses dados enfatizam a necessidade de ações afirmativas na educação brasileira, não limitada ao ensino superior, mas também abrangendo toda a educação básica.

O preconceito e a discriminação estão presentes no contexto escolar de diversas maneiras, desde o silenciamento dos currículos, das práticas racistas que não são reprimidas, e algumas vezes no próprio livro didático (SILVA; PACÍFICO, 2014). Levando em consideração que o livro didático é, muitas vezes, o único recurso ao qual os alunos de ensino público têm acesso, é essencial atentar para a forma como os personagens negros são representados para que não se reproduzam preconceitos raciais que estimulem a discriminação, o que pode contribuir, entre outros fatores, com a evasão escolar de alunos pretos e pardos. O preconceito racial está:

(...) incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco (MUNANGA, 2005, p.16).

O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, criado em 1985, tem por objetivo a distribuição de livros didáticos aos estudantes das redes públicas de ensino fundamental. Neste os livros são triados, avaliados, escolhidos, adquiridos e distribuídos para alunos de toda a rede pública de ensino do país. Desta forma, é de fundamental que os livros sejam analisados e avaliados quanto a possíveis preconceitos e discriminações de qualquer natureza (SANTOS, 2013).

Em relação aos livros didáticos de Geografia, estes passaram a ser distribuídos a partir do PNLD/2004 para as séries iniciais do ensino fundamental e pelo PNLD/1999 para as séries finais do ensino fundamental (SANTOS, 2013).

O guia de análise e classificação dos livros didáticos de História e Geografia de 2004 já considerava como critério de eliminação a veiculação de preconceito de origem de cor, condição sócio econômica, etnia, gênero, linguagem e qualquer outra forma de discriminação ou doutrinação religiosa (SANTOS, 2013).

Ainda segundo Santos (2013) no ano de 2007, um dos critérios definidos pelo PNLD para eliminação dos livros didáticos de Geografia da 1ª a 4ª série encaminhados pelas editoras foi que a presença de preconceitos de origem, etnia, gênero, religião, ideologia, idade ou outras formas de discriminação. Ou seja, já haviam critérios de análise que se preocupavam em não reproduzir os preconceitos e discriminações, mas que ainda não eram suficientes para desenvolver uma preocupação com a promoção positiva da imagem dos negros, africanos, afro-brasileiros e indígenas. Esta preocupação só aconteceu após a promulgação das leis 10.639/2003 e 11.11.645/2008.

Ainda na década de 1980, o então deputado federal Abdias do Nascimento apresentou um projeto de lei em que definia o ensino de História e Cultura Africana e afro-brasileira como obrigatórias no ensino brasileiro. Porém, tal projeto não foi aceito pelo Senado e foram precisos vinte anos para que se colocasse em prática o que o deputado já havia pretendido.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) foi aprovada em 1996 e abrange diversos artigos que se referem aos mais diversos temas da educação brasileira, desde o ensino infantil até o ensino superior.

Com a aprovação da lei 10.639/2003 e a alteração da LDBEN tornou-se obrigatório, a partir desse ano, o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, incluindo o estudo da História da África e dos Africanos e a luta dos negros no Brasil. Cinco anos após a implantação da lei 10.639/2003, entrou em vigor a lei 11.645/2008 que acrescentou o ensino, não apenas da História e Cultura Afro-Brasileira, mas também da Indígena.

Para Santos (2013), essas modificações na LDBEN devido às leis 10.369/2003 e 11.645/2008 efetivaram uma mudança no modo como a questão étnico-racial é abordada nos livros didáticos, e são frutos de uma antiga reivindicação do movimento negro.

Segundo Pacífico (2011), a Lei 10.639/03 viabilizou uma educação antirracista, visando uma melhoria do ensino e da aprendizagem e na manutenção dos alunos negros nas escolas, fazendo com que eles tenham voz e participação ativa em sua educação. Para Pacífico (2011, p. 41):

Ao ter conhecimento que o continente africano não se reduz a imagem transmitidas pelos filmes de Tarzan, nas cenas de extrema pobreza da Etiópia e nos conflitos étnicos, crianças e adolescentes, negros(as) e não negros(as), tem a possibilidade de ser apresentados(as) a um continente que enfrenta dificuldades, mas também com inúmeras riquezas. O desenvolvimento do Continente Africano pode ser constatado através de cidades altamente industrializadas e usufruindo de excelentes condições

tecnológicas, que ao serem mostradas podem alimentar o imaginário infantil com ilustrações positivas da população e dos países africanos.

Desta maneira, é necessário que os negros tenham representatividade nos livros didáticos brasileiros; no entanto não de uma forma estereotipada e carregada de preconceitos e discriminações. Após as leis 10.6939/2003 e 11.645/2008 é fundamental que não apenas as discriminações explícitas do preconceito racial sejam analisadas ao se fazer a averiguação dos livros didáticos pelo PNLD. Todas as imagens e conteúdos expressos nos livros que serão encaminhados para os discentes devem ser analisados de forma crítica e profunda para que não gerem futuras formas de discriminação ou mesmo de falta de representatividade da maior parte da população brasileira.

METODOLOGIA

Este estudo analisou as relações étnico-raciais nas imagens de uma coleção de livros didáticos do PNLD/2018 de Geografia destinada ao Ensino Médio. A coleção escolhida foi a *Geografia das Redes: O mundo e seus lugares* da editora do Brasil e escrito por Douglas Santos, publicado em 2016, e é composta por três unidades.

Para análise da coleção foram contabilizados e categorizados os personagens presentes em fotos e figuras de acordo com a classificação de cor/raça utilizada pelo IBGE: brancos, negros (pretos e pardos) indígenas e amarelos. Posteriormente foi analisada a sua representatividade em imagens com grupos de personagens, ou seja, com mais de dois.

RESULTADOS

Como pode ser notado no Quadro 4, não há diferença quantitativa significativa de personagens brancos e negros nas fotos; inclusive há até uma quantidade maior de personagens negros. Em relação às figuras, no entanto, a situação é bem diferente pois a representação de personagens negros é bem inferior a de personagens brancos, enquanto indígenas quase não são representados e a presença de amarelos é nula.

Quadro 4 - Total de ilustrações de personagens segundo cor/raça na coleção analisada.

Total de fotos	Personagens segundo Cor/raça				
	Branco	Negro/preto/pardo	Indígena	Amarelo	Total de personagens
115	416	466	28	121	979
Total de figuras	Personagens segundo Cor/raça				
	Branco	Negro/preto/pardo	Indígena	Amarelo	Total de personagens
23	111	22	6	-	139
Total	527	488	34	121	1.118

Org.: os autores.

Em termos quantitativos, a taxa de representação de brancos e negros é bastante aproximada (47,1% e 43,6%), enquanto para indígenas e amarelos são muito pontuais, representando apenas 3% e 10,8% respectivamente.

Analisando as figuras e fotos que continham vários personagens (ou seja, mais do que dois numa única foto ou figura), das 115 fotos presentes na coleção, 59 possuíam mais de dois personagens, ou seja, 51,3% (Quadro 5). Destas, apenas 12 apresentavam algum tipo de diversidade racial e étnica, 22 eram compostas apenas por personagens brancos e 16 compostas apenas por personagens negros. A minoria, três e seis fotos, apresentava apenas personagens indígenas e amarelos respectivamente. Em relação às figuras, das 23 totais encontradas na coleção, apenas nove apresentam mais que dois personagens, sendo que apenas duas apresentam diversidade racial.

Quadro 5 - Distribuição das representações das ilustrações com mais de dois personagens por Cor/raça (IBGE)

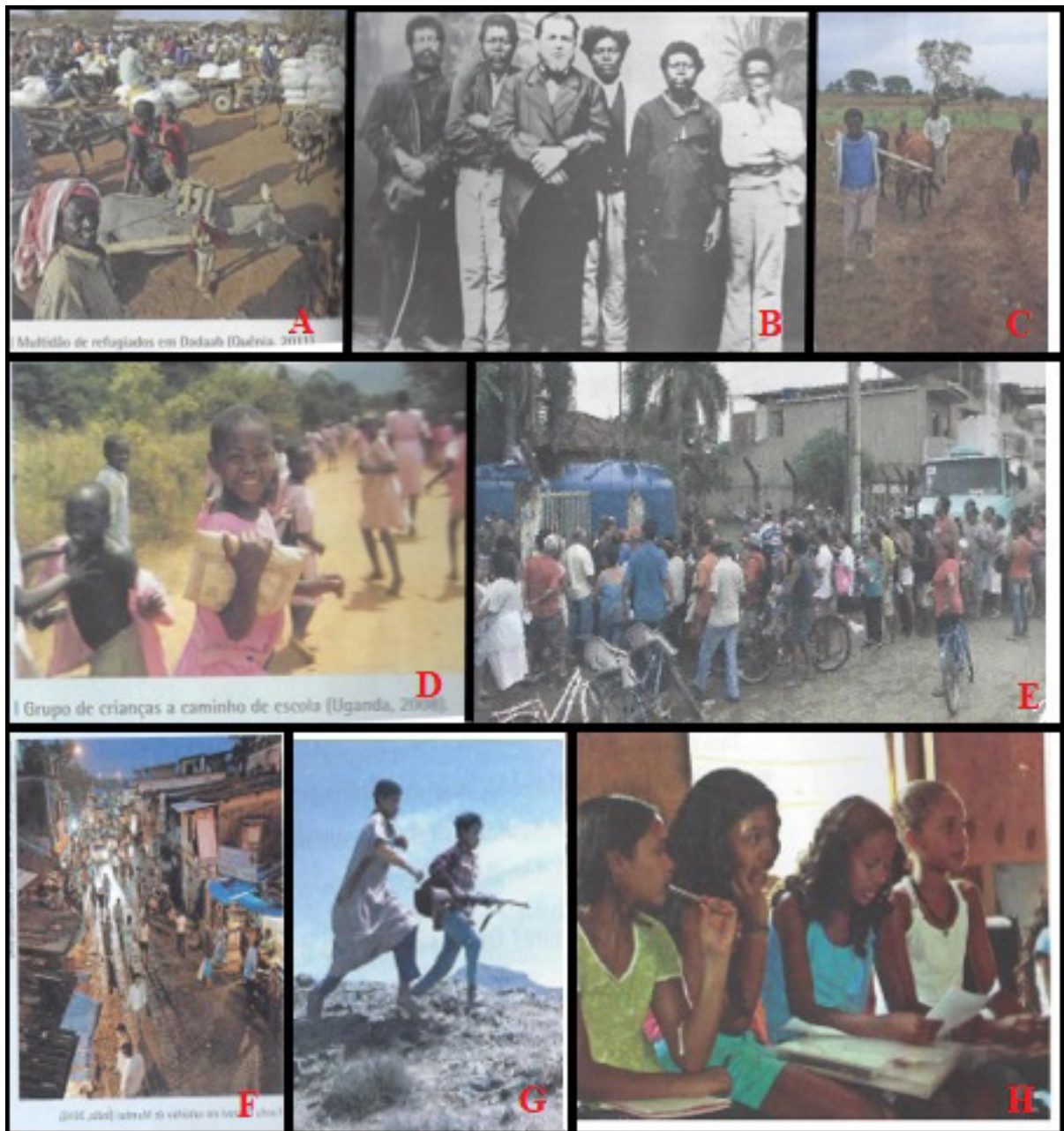
Distribuição das representações das fotos mais de dois personagens				
Diversidade racial	Apenas Brancos	Apenas Negros	Apenas Indígenas	Apenas Amarelos
12	22	16	3	6
Distribuição das representações das figuras mais de dois personagens				
Diversidade racial	Apenas Brancos	Apenas Negros	Apenas Indígenas	Apenas Amarelos
2	4	1	1	1

Org.: os autores.

Em termos quantitativos, é possível notar que nas fotos e figuras com mais de dois personagens, há a predominância de representação de brancos e a taxa de fotos e figuras com diversidade é pequena.

Ao se comparar as fotos que apresentam apenas personagens negros com as fotos que apresentam apenas personagens brancos, nota-se que em parte destas fotos os personagens negros são retratados em situação e ações consideradas inferiores socialmente as das quais os brancos são retratados. Apesar de algumas exceções, como a foto de empresários em um escritório de Dubai, uma indiana manuseando um aparelho celular, um professor negro em uma manchete sobre a desigualdade racial e mulheres iranianas trabalhando em computadores, boa parte dos personagens negros são constantemente retratados em situações de pobreza e precariedade (Fig. 1).

Figura 1 – (a) Multidão de Refugiados no Quênia (2011); (b) Senhor de escravos ao lado de seus escravizados (1860); (c) Agricultores usando arado animal no Zimbábue (2010); (d) Grupo de crianças a caminho da escola (Uganda, 2008); (e) Favela Dharavi em subúrbio de Mumbai (Índia, 2010); (f) Pessoas na fila para conseguir água em Mariana (MG) após o rompimento da barragem; (g) Crianças marroquinas com armas de fogos em vila pastoril; (h) Crianças pankararu na favela Real Parque (São Paulo, 2008).



Fonte: Santos, 2013.

Pessoas brancas são geralmente apresentadas como atreladas a tecnologias modernas e ao modo de vida capitalista, ou mesmo a situações onde a população negra encontra-se em piores condições sociais ou políticas (Fig. 2).

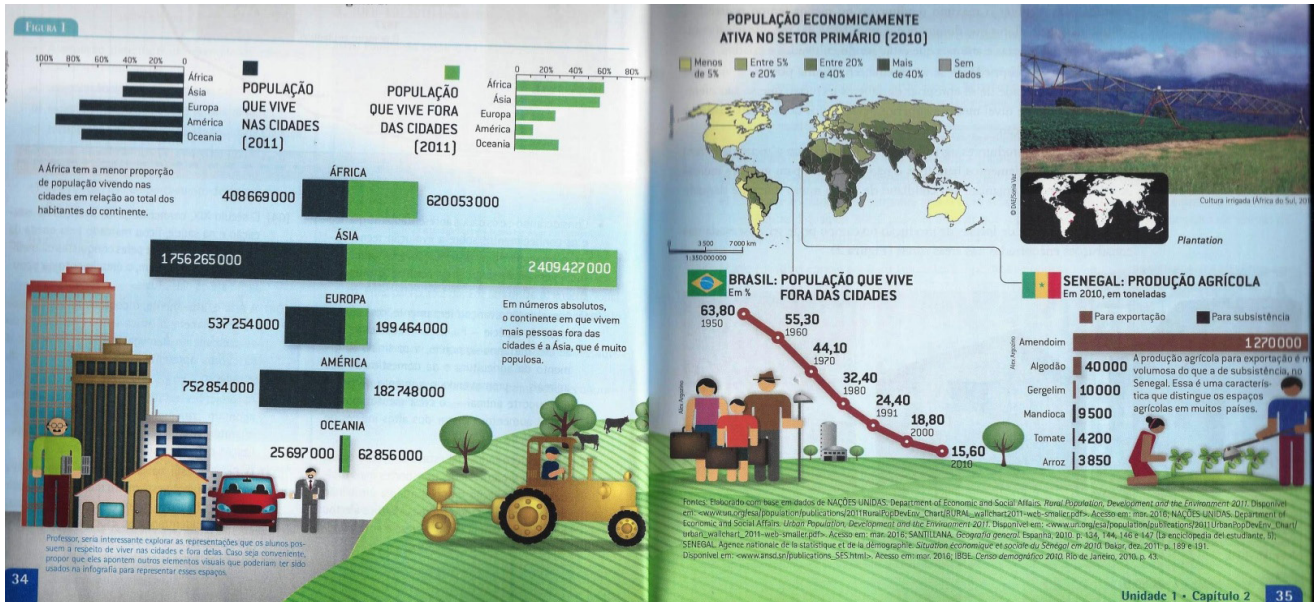
Figura 2 - (i) Pessoas usando computadores; (j) Pessoas em praça de alimentação; (k) Presidente Clinton e população ruandesa; (l) Agricultores franceses protestando; (m) Atores brancos em um filme que retrata o turismo 'exótico' em Marrocos.



Fonte: Santos, 2013.

Uma figura presente no livro do 1º ano, nas páginas 34 e 35, chamou atenção pela forma que representou seus personagens (Fig. 3) que representa um conjunto de ilustrações sobre populações de áreas urbanas e rurais. Apresenta uma família brasileira rural composta por personagens brancos e uma família senegalesa negra. Considerando o último censo do IBGE (2010), em que 43,1% das pessoas se autodeclararam pardas e 7,6% das pessoas se autodeclararam pretas, ou seja, 50,7% da população brasileira se autodeclarou negra em 2010, tem-se que isso não é refletido na ilustração da página 35, em que a família rural do Brasil é ilustrada com personagens apenas brancos.

Figura 3 – Ilustrações sobre populações de área urbanas e rurais.



Pode-se notar ainda que na página 34 há uma representação de dois personagens masculinos brancos que representam os habitantes das áreas urbanas, ambos brancos, relacionados a automóveis e edifícios modernos.

No entanto, existem algumas fotos e ilustrações que realmente apresentam uma igualdade racial proporcional, quantitativamente e qualitativamente, como as apresentadas na Figura 4.

Figura 4 - (n) Ilustrações sobre jovens dançando; (o) Protesto em Porto Alegre; (p) Manifestação no Egito.



Fonte: Santos, 2013.

Em um contexto geral, esta coleção analisada apresenta algumas falhas ao não cuidar em apresentar uma diversidade racial entre grupos de pessoas. Além disso, imagens com estereótipos negativos sobre países africanos também são encontrados.

Mas, também, pode ser encontrada, em menor quantidade, uma representação positiva da diversidade e, em alguns livros, reflexões teóricas como, por exemplo, a violência e os homicídios que são mais presentes entre os jovens, principalmente os negros, encontrado na segunda unidade da coleção. A terceira unidade traz ainda uma reflexão sobre o preconceito quanto à origem geográfica, principalmente das regiões brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço escolar compreende uma imensa diversidade, nem sempre levada em conta, já que o livro didático representa quase de maneira exclusiva o único subsídio utilizado em sala de aula, expondo uma consideração sustentada numa matriz cristã, ocidental e hierarquizante, descartando e até erradicando de seu conteúdo a história e a cultura do negro africano e afro-brasileiros. Torna-se especialmente necessária maior atenção às colocações direcionadas ao negro nas páginas do livro didático, já que sua história é mencionada de maneira parcial, não expressando de maneira abrangente seu envolvimento na construção da sociedade em nosso país.

Na forma tradicional de se referir ao negro (de maneira estereotipada), o livro didático acaba expondo uma reprodução deturpada desse povo em relação ao branco, sendo

possível perceber nos conteúdos argumentações e discursos expressos com uma nítida distinção, passando a ideia de que o branqueamento demarcou a história da elite brasileira.

Deve-se refletir, portanto, o fato de os livros terem optado pela emissão de considerações negativas, e até pejorativas, direcionadas ao indivíduo negro, e a razão de tais considerações persistirem até os dias atuais, situação extremamente prejudicial à necessária formação de crianças e adolescentes negros, os quais diante de fotos e ilustrações expressas nos materiais didáticos não conseguem se identificar com seus antepassados.

Mesmo a legislação federal indicando a não discriminação de africanos, afro-brasileiros e indígenas, a representação desses ainda carece de maior consideração provinda de quem elabora, analisa e define os conteúdos a serem divulgados a partir do PLND, uma vez que as crianças e adolescentes brancos ao apreciarem essas ilustrações podem receber uma mensagem racista.

A exposição provocadora desse constrangimento, de maneira insistentemente vexatória e repetitiva possui uma distinção ideológica, demonstrando para as crianças e adolescentes em fase escolar que o negro ainda ocupa uma posição inferior, subserviente, sem voz.

Incomoda muito o fato de que mesmo hoje, diante de tantos avanços sociais, essas imagens insistem em lembrar aos negros que eles sempre foram simplesmente cativos, trazidos à força e amarrados, separados de parentes e culturas para serem escravos em terras estranhas.

Faz-se possível afirmar que a coleção de livros distribuídos para o ensino de Geografia pelo PNLD/2018 não contribui para a inclusão do negro na sociedade, especialmente em razão de sua persistência de rememorar a existência de um lugar destinado a ele nos porões da sociedade e o indivíduo branco como componente de uma classe superior. A não exposição de outros tipos de imagens voltadas ao cumprimento de uma função de afirmação, de orgulho, ou mesmo de empoderamento de forma alguma se faz presente nos livros didáticos de geografia pesquisados.

Este estudo não trata, contudo, de um negativismo histórico, mas desenvolvido visando à mudança para uma visão especialmente positiva em relação à população negra em oposição à ação omissa dos responsáveis a que o livro didático continue propagando e reproduzindo conceitos subjacentes extremamente prejudiciais desse povo, passando a ideia de sua inferioridade em relação à população branca, constantemente enaltecida.

REFERENCIAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 28 maio 2018.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 2015. Brasília. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html> Acesso em: 28 maio 2018.

MEDEIROS, C.A. Brasil, Estados Unidos e a questão racial: a fertilidade de um campo cheio de armadilhas. In: PAIVA, A.R. **Ação Afirmativa em questão**: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 240-265.

MUNANGA, K. (org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2.ed.: Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf Acesso em: 29 ago. 2019.

PACÍFICO, T.M. **Relações raciais no livro didático público do Paraná**. Curitiba, 2011.152f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, UFPR.

SILVA, P.V.B.; TEIXEIRA, R.; PACIFICO, T.M. **As políticas do livro didático e identidades sociais de raça, gênero, sexualidade**. Campinas: Pontes, 2014. 246p.

PAIVA, A. R. **Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 18-38.

SANTOS, D. **Geografia das redes: o mundo e seus lugares**. 3 ed. São Paulo: Brasil, 2016.

SANTOS, W. O. . Espaços de negros e brancos em livros didáticos de Geografia do estado do Paraná, Brasil. **Ciência & Educação**, v. 19, p. 1027-1044, 2013. DOI.org/10.1590/S1516-73132013000400015.

SILVA, F.C. da; PACÍFICO, T.M. Análise das relações raciais nas imagens de um livro didático de Português do 5º ano. In: ANPED SUL, 10, 2014, Florianópolis. **Anais...** p. 1-7.

TAUIL, R. Florestan Fernandes: questão racial e democracia. **Revista Floresta**. n.1, v. 1, p. 12-22, 2014.

Data de submissão: 15/ jun./ 2018

Data de aceite: 27/ jul./ 2019